

A reinserção social e os egressos do sistema prisional por meio de políticas públicas, da educação, do trabalho e da comunidade

Armando de Azevedo Caldeira Pires

Professor da Universidade de Brasília (UnB), Faculdade de Tecnologia, Departamento de Engenharia Mecânica. Doutorado em engenharia mecânica.

E-mail: armandop@unb.br

Thérèse Hoffman Gatti

Professora do Departamento de Artes Visuais da UnB. Coordenadora do Projeto Reciclando Papéis e Vidas – UnB/Finatéc. Doutoranda do CDS/UnB.

E-mail: therese@unb.br

Resumo

Neste artigo, apresentamos a questão da presença marcante da violência em nosso cotidiano, em particular refletindo sobre o aumento considerável do número de detentos nos últimos dez anos. Fazemos considerações sobre o término do tempo de cumprimento das penas e a situação destes cidadãos ao regressarem à sociedade. Identificamos a falta de perspectivas e as “portas fechadas” da sociedade que raramente permite uma segunda chance a estas pessoas. Mostramos alguns exemplos de ações de perspectivas de reinclusão social desta camada da sociedade. Por fim, relatamos o Projeto da Universidade de Brasília “Reciclando Papéis e Vidas”, com o apoio financeiro do Ministério da Justiça e da ONG Brazilfoundation.

Palavras-chave

Violência. Inclusão social. Egressos do sistema penitenciário. Reciclagem. Papel.

Social reinsertion of ex-prisoners from the prison house system through government policies, education, employment and community

Abstract

This article discusses the issue of the ever-growing violence in daily life, especially making a reflection about the considerable increase in number of prisoners for the last ten years. The end of prisonment penalty is taken into consideration, as well as the situation of these citizens as they come back to society, where there are no perspectives for them, facing the “closed doors” of society, and they hardly are given a second chance. Some examples of actions of perspectives are presented concerning the social reinclusion of this social stratum. Finally, a description is presented about the Project of University of Brasília, “Recycling Papers and Lives”, funded by the Ministry of Justice and Brazil Foundation.

Keywords

Violence. Social inclusion. Ex-prisoners. Recycling. Paper.

INTRODUÇÃO

O que mais discutimos na nossa sociedade atualmente é a questão da violência que assola o país. Nos jornais impressos ou nas televisões e rádios, a todo momento temos notícias das mais diversas atrocidades que ocorrem com frequência cada vez mais aterradora. A “gratuidade” da violência é tamanha que alguns chegam a ficar anestesiados, a ponto de as novas informações já não os chocarem mais. Os índices de violência em algumas capitais do Brasil já superaram inacreditavelmente os índices de alguns países em guerra.

Segundo Ângela Almeida¹, “diante de uma violência difusa, que permeia todo o tecido social, todos se sentem igualmente ameaçados, porque a violência assume um caráter de imprevisibilidade. Indiferente à forma que possa assumir, ao lugar onde possa ocorrer, a quem possa se dirigir ou quem possa praticá-la, a violência impõe-se como um ingrediente que orienta as práticas sociais do cotidiano, estas últimas orquestradas pela perplexidade e afinadas pelo medo e pela insegurança.”

São cada vez mais raros os cidadãos que não têm um relato pessoal de sofrimento de qualquer tipo e/ou nível de violência. Ela atinge nossos colegas de trabalho, nossos vizinhos, nossos amigos, nossos familiares e até nós mesmos.

Neste contexto, o Estado tem a obrigação e seu papel prioritário de garantir, com recursos dos impostos, a manutenção do aparato de segurança pública. Mas a questão da qualidade de vida nas nossas cidades e da sensação individual de segurança passa por atitudes individuais e coletivas de toda a sociedade, seja governo, instituições de ensino, de saúde, sociedade civil, iniciativa privada, organizações não-governamentais e outras.

Neste sentido, vários estudos^{2,3,4} têm sido desenvolvidos pelas universidades e centros de pesquisa do país. E a conclusão mais comum em todos eles é que toda sociedade, cada setor em seu nível de competência, deve se unir para erradicar essa onda de violência que tem transformado nossas cidades em verdadeiros centros de guerra civil.

A indústria do medo interessa a poucos, mas tem vasto poder de lucro, seja na instalação de aparatos de segurança eletrônicos em casas e prédios, na blindagem de carros, na instalação de alarmes e de grades, entre outros. Tais “equipamentos” garantem uma sensação momentânea de segurança. Mas essa sensação de esvai quando saímos destes nossos espaços blindados e temos de conviver com a realidade da sociedade, seja no caminho da escola de nossos filhos, nos supermercados, fazendo compras nos centros comerciais, entrando e saindo de bancos, indo ao trabalho, ou seja, tentando viver plenamente como cidadãos.

Alguns estudos mostram que a solução encontrada até o momento pelos governantes para “afastar” a violência comprovou-se completamente ineficaz. E ao contrário do que almejavam estas soluções, terminaram por ampliar os índices de violência, uma vez que basicamente o que todos os governantes fizeram desde a década de 1960 até o presente foi segregar os cidadãos de mais baixa renda dos grandes centros, empurrando-os para a periferia.

Como mostra Luiz Alberto Gouvêa⁵, “o processo de globalização tem potencializado uma relação de dependência e *periferização* urbana há muito existente, a exemplo das cirurgias urbanas implantadas no início do século XX, nas quais a população de menor renda foi paulatinamente segregada. De fato, tem-se como exemplo a construção da avenida Rio Branco e, principalmente, da avenida Presidente Vargas no Rio de Janeiro, onde o embelezamento e a colocação de infra-estrutura na área também significaram a expulsão da população de menor renda, na época, para os morros cariocas. (...) A população periferiza-se em favelas e assentamentos distantes. As favelas, em função do tipo de trama, propiciam sua apropriação pelo crime organizado, aumentando assim, de forma significativa, a insegurança e a violência contra os moradores”.

Desta forma, citando especificamente a capital do país, Brasília, vemos que a realidade que a rodeia atualmente é um cinturão de pobreza em torno de uma ilha de poucas oportunidades de emprego.

Não pretendemos também afirmar que os protagonistas da violência são exclusivamente a população de menor renda. Como citamos no início, estamos “diante de uma violência difusa⁶”, na qual os atores protagonistas das ações de violência são indistintamente de classes sociais com baixo poder aquisitivo como também a sociedade com alto poder aquisitivo.

O que muitas vezes difere a ação entre as camadas sociais é a motivação ao crime. Nas camadas mais baixas, a motivação muitas vezes é a fome, a desesperança, a baixa escolaridade, a falta de oportunidade no mercado de trabalho, o desejo de possuir bens de consumo deste mundo globalizado, os quais nos são bombardeados diuturnamente pela mídia, e a falta de perspectiva de melhorar de condição pelos processos normais de ascensão social.

A situação é complexa, mas, quando nos deparamos com os números, vemos que simplesmente pagar impostos não nos garante a tranquilidade almejada.

O CONTEXTO BRASILEIRO

Dentro da linha de abordagem que nos propomos neste artigo, vale ressaltar e apresentar a linha de pensamento e a estratégia de ação do Ministério da Justiça. Antes de qualquer ação que se pretenda duradoura e eficaz, é preciso que tenhamos dados que nos embasem.

Com este objetivo, o Ministério da Justiça lançou em Brasília, no dia 16 de setembro de 2004, o Sistema de Informações Penitenciárias (Infopen).

O Infopen é “um programa de coleta de dados, com acesso via Internet, que será alimentado pelas secretarias estaduais com informações estratégicas sobre os estabelecimentos penais e a população prisional. “Para reestruturar o sistema prisional como um todo, precisamos primeiro conhecer, operar e controlar esse sistema no dia-a-dia. Por isso é tão importante o lançamento do Infopen, pois pela primeira vez o país vai conhecer dados oficiais sobre

a população carcerária”, afirmou em seu discurso o secretário-executivo do Ministério da Justiça, Luiz Paulo Teles Barreto”⁷.

Até então o país não possuía “um banco de dados com informações constantemente atualizadas sobre o sistema penitenciário”, o que dificulta a atuação estratégica do governo federal em relação ao tema. Além da importância para a divulgação estatística, o objetivo do governo é usar o Infopen como uma ferramenta de gestão no controle e execução de ações, articuladas com os estados, para o desenvolvimento de uma política penitenciária nacional integrada. “É importante que o sistema não cuide apenas da custódia do preso, mas que se desenvolva uma gestão integrada, preocupada com pontos como a reintegração, saúde e educação do preso. É preciso aprimorar a gestão do sistema penitenciário e é para isso que o Ministério da Justiça tem trabalhado”, afirmou a secretária nacional de Justiça, Cláudia Chagas”⁸.

Vejamos alguns destes dados. Se compararmos os dados apresentados no Censo Penitenciário de 1995⁹, em que o Brasil possuía 148.760 presos, dos quais 95,4% homens e 4,6% mulheres, vemos que em dez anos estes números subiram para 254.601 presos¹⁰ em 2005, mantendo basicamente as mesmas proporções entre homens (95,65%) e mulheres (4,34%). Ou seja, no geral houve um aumento de 71% da população presa no Brasil.

O Censo Penitenciário de 1995 apresentava um custo mensal médio do preso no Brasil de R\$ 415,69, sendo que o Distrito Federal foi a unidade da Federação que apresentou o índice mais elevado, R\$ 1.268,42, à época (tabela 1).

Os dados disponíveis hoje não informam os custos atuais na manutenção mensal dos presos.

Se nos ativermos basicamente ao caso Brasília, veremos que, segundo dados do Ministério da Justiça¹², somos hoje 2.277.279 habitantes no Distrito Federal, e temos 7.299 detentos nos diversos regimes. Destes, 6.959 são homens e 340 são mulheres.

Em termos de escolaridade, temos os números apresentados na tabela 2¹³, a seguir.

TABELA 1
Custo mensal do preso por estado¹¹

Estados	Total Presos	Custo Mensal
Acre	386	65,80
Alagoas	478	250,00
Amapá	297	28,48
Amazonas	601	495,93
Bahia		
Ceará	2.855	205,80
Distrito Federal	2.291	1.268,42
Espírito Santo	1.770	263,00
Goias	2.628	305,28
Maranhão	412	424,20
Mato Grosso	1.808	400,00
Mato G. do Sul	3.139	350,00
Minas Gerais	2.322	529,84
Pará	2.026	328,29
Paraíba	2.664	400,00
Paraná	8.160	248,00
Pernambuco	4.701	
Piauí	551	
Rio de Janeiro	9.525	548,32
Rio G. do Norte		
Rio G. do Sul	10.914	290,14
Rondônia	1.847	315,00
Roraima	123	
Santa Catarina	3.521	274,07
São Paulo	58.778	480,00
Sergipe	1.101	303,60
Tocantins	349	124,00
Total	123.247	7.898,17
Custo médio do país (R\$)		415,69

Fonte: *Censo Penitenciário 1995 – MJ/DEPEN - Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciário; Brasília, 1997

Obs: campo em branco: não-informado; custo mensal: valores em R\$

Vemos claramente a predominância da baixa escolaridade entre os detentos e, com isso, a urgente necessidade de investimento em educação.

Se observarmos o quadro referente à faixa etária, na tabela 3, a seguir, observaremos que a grande maioria dos detentos está inserida na faixa etária economicamente ativa¹⁴.

Por fim, apresentamos a tabela 4, que mostra o tempo total da pena a ser cumprida pelos reclusos do sistema penitenciário. A tabela 4 mostra os dados mais relevantes dentro desta análise que efetuamos¹⁵.

Pela tabela 4, percebemos uma questão fundamental sobre a qual a maioria da população não se detém em refletir: em poucos anos, muitos cidadãos que cometeram algum delito estarão em liberdade.

E qual é nossa atitude em relação a isso? Ignoramos a situação. Continuamos a nos blindar em nossas casas, criando uma falsa e efêmera sensação de segurança.

E quando os índices de reincidência criminal continuam a subir, questionamos exclusivamente os órgãos de segurança pública e imputamos a eles toda solução para a alta da criminalidade.

Poucos de nós se questionam sobre qual parcela de responsabilidade nos é imputada neste sistema, neste círculo sem fim que se resume na falta de oportunidade → criminalidade → cumprimento de pena → liberdade → falta de oportunidade...

Se acreditamos no sistema de justiça, temos de também dar condições para que aquelas pessoas que cometeram um delito e pagaram sua dívida com a sociedade tenham condições de receber uma segunda chance.

Todos nós somos passíveis de erros em menor ou maior proporção. Não pretendemos discutir aqui os casos específicos de crimes patológicos, pois não somos da área médica/psiquiátrica para emitir qualquer juízo de valor. Achemos, sim, que tais casos merecem abordagem mais ampla.

Nossa reflexão se baseia nos dados disponíveis, os quais mostram que a maioria dos crimes são cometidos por motivos fúteis e/ou por falta de perspectiva, em momento de extremo desespero. Com isso, temos a maioria da população carcerária passível de reabilitação.

O fato é que o sistema atual de cerceamento exclusivo de liberdade não recupera ninguém.

TABELA 2
Índice de escolaridade dos reclusos do sistema penitenciário

Escolaridade	Homens	Mulheres	Total
Analfabetos	342	16	358
Alfabetizados	140	10	150
Ensino Fundamental Incompleto	4.527	178	4.705
Ensino Fundamental Completo	792	16	808
Ensino Médio Incompleto	647	31	678
Ensino Médio Completo	329	24	353
Ensino Superior Incompleto	76	5	81
Ensino Superior Completo	30	1	31

Fonte: MJ/DEPEN/InfoPen – Dez/2005.

TABELA 3
Faixa etária dos detentos

Faixa Etária	Homens	Mulheres	Total
18 a 24 anos	2.530	120	2.650
25 a 29 anos	1.997	80	2.077
30 a 34 anos	1.136	73	1.209
35 a 45 anos	973	46	1.019
46 a 60 anos	274	11	285
Mais de 60 anos	20	4	24

Fonte: MJ/DEPEN/InfoPen – Dez/2005.

TABELA 4
Tempo total da pena dos detentos

Tempo Total da Pena	Homens	Mulheres	Total
Até 4 anos	641	123	764
Mais de 4 até 8 anos	1.506	59	1.565
Mais de 8 até 15 anos	1.637	10	1.647
Mais de 15 até 20 anos	737	6	743
Mais de 20 até 30 anos	735	12	747
Mais de 30 até 50 anos	335	2	337
Mais de 50 até 100 anos	111	0	111
Mais de 100 anos	19	0	19

Fonte: MJ/DEPEN/InfoPen – Dez/2005

A EXPERIÊNCIA DE REINCLUSÃO SOCIAL DA UnB

Cientes dos dados apresentados, tanto o Ministério da Justiça quanto outras entidades têm envidado esforços para alterar este sistema. Existem várias ações em curso no Brasil no sentido de capacitar e dar escolaridade aos reclusos do sistema penitenciário. Esse trabalho tem criado condições para que, ao término da pena, este segmento da sociedade possa ter condições de retorno, com nova perspectiva de vida ao convívio social.

Como exemplo, podemos citar algumas ações desenvolvidas em Brasília:

1. pelo próprio Ministério da Justiça, que atua tanto no financiamento de ações de reinserção e recuperação dos detentos, quanto no emprego destes reclusos do sistema semi-aberto, nas próprias dependências do ministério;
2. pela Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso (Funap), que atua com diversos cursos dentro da Penitenciária de Brasília;
3. pelo Ministério dos Esportes, com os projetos Pintando a Cidadania e Pintando a Liberdade, que capacitam os presos e egressos na confecção de material esportivo;
4. pelo Centro de Apoio ao Preso e Egresso (Cerape), com voluntários que apóiam tanto os egressos do sistema, quanto suas famílias;
5. pelo projeto Ver de Novo do GDF, que trabalha o tema da reciclagem de papel com detentos.

Estas são algumas iniciativas, entre outras poucas, que são desenvolvidas por ONGs e associações da sociedade civil.

É neste contexto de somar-se aos poucos esforços existentes, mas, com a certeza de ser um trabalho de grande relevância social, que a Universidade de Brasília insere o seu projeto Reciclando Papéis e Vidas.

A idéia do projeto surgiu em 2002, quando a UnB foi demandada por um empresário de Brasília que, recém-chegado da Europa, havia conhecido, na

Espanha, uma proposta de capacitação de presos na confecção de cadernos e brochuras em papel artesanal.

Depois de muitas reuniões, definimos o escopo do projeto e que o público-alvo seriam os egressos do sistema penitenciário – justamente aquela camada da sociedade que aparece na tabela 4 e que, após o cumprimento da pena, é colocada em liberdade, quite com a sociedade, mas com pouquíssima perspectiva de reinclusão social.

Delineamos então o projeto Reciclando Papéis e Vidas, baseado em temas cujo mercado de trabalho é amplo e, também, na perspectiva de que o egresso pudesse ter seu próprio negócio. A proposta do projeto é capacitar profissionalmente, fomentar a sustentabilidade e oferecer práticas socioeducativas.

A capacitação foi organizada nas seguintes modalidades:

- reciclagem e confecção artesanal de papel (figura 1);
- encadernação comercial;
- higienização de livros e documentos e noções de pequenos restauros (figura 2), a seguir;
- empreendedorismo, associativismo e cooperativismo ministrado pelo Sebrae (figura 3), a seguir;

FIGURA 1
Reciclagem e confecção artesanal de papel



- inclusão digital (*windows, word, excel*) (figura 4).

Previmos também o acompanhamento psicossocial tanto para os egressos quanto de seus familiares.

O curso foi organizado em 40 horas semanais, durante seis meses (um mês de seleção e cinco meses de capacitação), para um grupo total de 25 egressos.

Depois de estruturar o projeto, fomos atrás de patrocínio. O parceiro natural desta proposta foi o próprio Ministério da Justiça, que acreditou na perspectiva de parceria com a Universidade de Brasília por meio da Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (Finatec). O projeto contou também com o apoio da Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso (Funap), do Centro de Apoio ao Preso e Egresso (Cerape), da Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEDF), da Vara de Execuções Criminais (VEC) e da Associação Brasileira Técnica de Celulose e Papel (ABTCP).

Iniciamos o trabalho já no segundo semestre de 2003. A primeira turma contou com 13 alunos, e a equipe de profissionais e alunos da UnB envolvida na proposta era da mesma proporção que o número de egressos.

Por intermédio da Funap, da Vara de Execuções Criminais (VEC) e do Cerape, obtivemos as relações dos potenciais alunos. Começamos a ligar para a casa deles e dizer que a UnB estava convidando-os para uma reunião. As reações a estes telefonemas foram as mais diversas. A maioria achava que era trote.

Escolhemos um local central e de fácil acesso, o teatro da Faculdade de Dulcina, que nos ce- deu o espaço. Os egressos chegavam com uma expressão entre des- crente e cética. Depois que apresentada a pro- posta, os que se interes- saram pelo projeto foram encaminhados para en- trevista com psicólogos. Do grupo, selecionaram- se os 13 primeiros.

FIGURA 2
Higienização de livros e documentos e noções de pequenos restauros

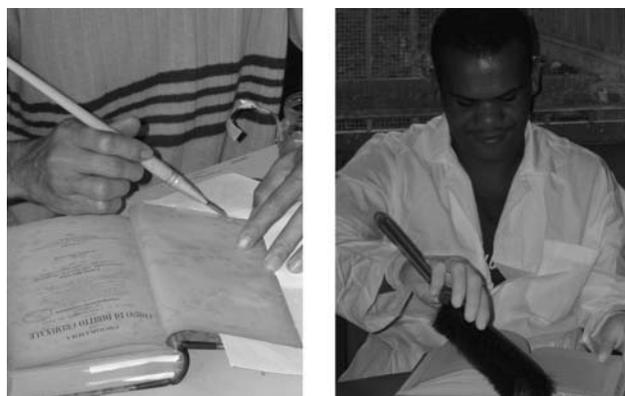


FIGURA 3
Empreendedorismo, associativismo e cooperativismo ministrado pelo Sebrae



FIGURA 4
Inclusão digital (*windows, word, excel*)



O primeiro item que propusemos em nosso projeto foi a concessão de uma bolsa mensal para cada egresso, no valor de R\$ 400,00. Sabíamos que era irreal pretender que eles saíssem da penitenciária e tivessem condições de se deslocar para a universidade, dedicando 40 horas por semana ao projeto. Não teriam tempo para procurar emprego. A bolsa era diretamente condicionada à presença e participação; cada falta era descontada.

Os temas propostos se entrelaçam, ao mesmo tempo que permitem ao egresso, ao final do curso, a escolha e o aprofundamento em um só tema de sua preferência.

O papel é a base. O conhecimento da manufatura e da história do papel permite o domínio sobre a matéria-prima dos livros: a celulose. Depois destas informações, o domínio e a clareza da necessidade e da importância da higienização dos livros e documentos ficam mais fáceis de serem absorvidos. Com estes conhecimentos, a encadernação torna-se um complemento e também um produto independente.

A inclusão digital faz toda diferença. Não podemos pretender capacitar para o mercado de trabalho sem incluir as informações básicas de computação. Como vimos no quadro referente à escolaridade dos reclusos do sistema prisional, o nível de escolaridade da maior parte destes cidadãos é bem baixo. Introduzir nomenclatura em inglês para pessoas com o ensino fundamental incompleto foi um desafio. Mas o resultado mostrou-se surpreendente.

Nas oficinas de empreendedorismo, cooperativismo e associativismo do Sebrae, eles aprenderam que, se não tiverem um emprego com carteira assinada, podem se virar montando seu próprio negócio, de forma lícita e honesta.

Nem tudo foi simples, tivemos alguns percalços. Na primeira turma, logo antes do primeiro mês, um egresso foi novamente detido por drogas. Foi um grande baque, todo mundo ficou frustrado. Porém, como havíamos combinado desde o início, entre nós só valia a verdade; por pior que ela pudesse parecer, ainda era muito melhor do que qualquer mentira bonita. Com essa prática de “jogar limpo” e falar sempre “olho no olho”, nos reunimos e cada um colocou sua impressão, decepção, angústia e

perspectiva. Desta reunião decidimos: vamos em frente!

A questão das drogas é muito séria e cruel, infelizmente permeia toda nossa sociedade. Outro desafio é a questão da recuperação da auto-estima, dos vínculos familiares que se têm, da superação das “regras da cadeia” e da recuperação da confiança.

Na segunda turma, um aluno que já tinha cumprido pena foi condenado por um segundo delito. Tentamos conseguir autorização para a permanência dele no projeto, mandamos uma carta da universidade informando que ele estava participando do projeto e explicando nossa proposta, mas como o Judiciário estava em greve, não conseguimos autorização, então ele foi detido novamente.

Todos aprendemos e crescemos com este projeto. Tanto os alunos e profissionais da UnB quanto os egressos. Em um curto espaço de tempo, vimos a superação de algumas dificuldades, a questão da desconfiança, da resistência, a dúvida dos egressos em relação aos nossos objetivos, ao que “estava por trás” e para onde estava indo o dinheiro do projeto.

O que a nosso ver facilitou a integração foi o estabelecimento de regras claras desde o início. Sempre deixamos explícitos todos os passos, os propósitos e as razões de cada um dentro do projeto. E o acompanhamento psicossocial foi fundamental para todos trabalharmos nossas expectativas e frustrações.

O que continua como desafio: a dependência química é o mais sério desafio, trazendo conflitos e dificuldade de reintegração na família.

Nossa proposta não era a de dar um emprego para eles, mas capacitá-los para que pudessem, ao final de seis meses, enfrentar o mercado de trabalho e de cabeça erguida ter condições de responder à pergunta: “Onde você passou os últimos seis meses da sua vida? Na Papuda?” – “Não, na UnB! Eu tenho um certificado, um curso de extensão da Universidade de Brasília com apoio do Ministério da Justiça” .

Nossa avaliação final é extremamente positiva, pois tivemos como resultado a capacitação de 70% do grupo proposto.

Outra conquista importante que tivemos e que nos estimulou ainda mais foi o patrocínio da ONG Brazilfoundation, da qual obtivemos recursos ao concorrer e vencer um edital em 2004. O recurso deu nova capacitação em empreendedorismo com materiais recicláveis. Oportunizou a apresentação do projeto em eventos, nos quais os egressos colocaram em prática as aulas do Sebrae e comercializaram os produtos produzidos por eles. Também esse apoio viabilizou um estudo de mercado sobre o tema papel artesanal, que permitirá a consolidação de cooperativas na produção deste material.

Com a convivência diária e acompanhando de perto as superações dos limites individuais, fomos estimulados a ir além da proposta inicial de capacitação.

Em 2005, encaminhamos ofício a todos os ministérios, autarquias e instituições privadas, relatando o projeto e oferecendo mão-de-obra qualificada para atuar nos arquivos e acervos daqueles órgãos. Obtivemos a resposta de dois ministérios, que preferimos não citar. Um adorou a proposta, mas tinha entendido que estávamos oferecendo um trabalho gratuito, e o outro, depois de várias reuniões, declinou da mão-de-obra sem muitas explicações. Entendemos que foi por puro preconceito.

A única instituição até o momento que acreditou na reinserção dos egressos e viabilizou trabalho para este grupo capacitado pela UnB/Finattec foi o Centro Universitário de Brasília (UniCEUB). Em um convênio firmado com a Finattec em julho de 2005, o UniCEUB viabilizou a contratação de seis estagiários para higienizar dez mil livros do acervo da área de direito da sua biblioteca.

O resultado do trabalho tem sido surpreendente e cada vez mais estimulante. Hoje, mais de seis mil livros que estavam indisponíveis ao público por total falta de condição de manuseio estão higienizados e à disposição dos alunos e da comunidade nas prateleiras da Biblioteca do UniCEUB.

Esperamos que outras instituições venham a ser parceiras de iniciativas como a nossa, cujo objetivo principal é fazer diferente, acreditar no ser humano e viabilizar uma segunda chance para aqueles que erraram, pagaram sua dívida com a sociedade e esperam que, estando quites, esta sociedade permita que eles possam mudar de vida. E com tudo isso permitir que nossa cidade tenha índices de violência cada vez menores.

REFERÊNCIAS

1. ALMEIDA, Angela Maria de Oliveira. Adolescentes em manchete (policial). In: PAVIANI, Aldo; FERREIRA, Ignez Costa Barbosa; BARRETO, Frederico Flósculo Pinheiro (Org.). *Brasília – dimensões da violência urbana*. Brasília: Ed. UnB, 2005. p. 219.
2. PAVIANI, Aldo; FERREIRA, Ignez Costa Barbosa; BARRETO, Frederico Flósculo Pinheiro (Org.). *Brasília – dimensões da violência urbana*. Brasília: Ed. UnB, 2005. p. 219.
3. WILSON, James; KELLING, George. *Theory of the broken windows*. EUA: Atlantic Monthly, 1982.
4. ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. *Notícias*. Disponível em: <<http://www.oab-ba.com.br/noticias/conselho-federal10/oab-reafirma-posicao.asp>>. Acesso em: 2006.
5. GOUVÊA, Luiz Alberto. A violência estrutural. In: PAVIANI, Aldo; FERREIRA, Ignez Costa Barbosa; BARRETO, Frederico Flósculo Pinheiro (Org.). *Brasília – dimensões da violência urbana*. Brasília: Ed. UnB, 2005. p. 344-345.
6. ALMEIDA, Angela Maria de Oliveira. Adolescentes em manchete (policial). In: PAVIANI, Aldo; FERREIRA, Ignez Costa Barbosa; BARRETO, Frederico Flósculo Pinheiro (Org.). *Brasília – dimensões da violência urbana*. Brasília: Ed. UnB, 2005. p. 219.
7. <http://www.mj.gov.br/depen/>
8. <http://www.mj.gov.br/depen/>
9. BRASIL. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional, Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária – DEPEN. *Censo penitenciário de 1995*. Brasília: Imprensa Nacional, 1997. Disponível em: <<http://mj.gov.br/servicos/censo>>. Acesso em: 2006.
10. _____. *Sistema de informação*. Disponível em: http://www.mj.gov.br/depen/sistema_informacao.htm. Acesso em: 2006.
11. _____. *Censo penitenciário de 1995*. Brasília: Imprensa Nacional, 1997. Disponível em: <<http://mj.gov.br/servicos/censo>>. Acesso em: 2006.
12. http://www.mj.gov.br/depen/sistema/DF_percentualPreenchimento.pdf
13. http://www.mj.gov.br/depen/sistema/DF_percentualPreenchimento.pdf
14. http://www.mj.gov.br/depen/sistema/DF_percentualPreenchimento.pdf
15. http://www.mj.gov.br/depen/sistema/DF_percentualPreenchimento.pdf